



## Associação Nacional dos Sargentos da Guarda

Transmissão televisiva da Grande Reportagem, do canal televisivo SIC, exibida nas noites dos dias 16 e 17 de novembro, sob o título “Quando o ódio veste farda”, da autoria dos jornalistas Pedro Coelho, Filipe Teles e Paulo Pena.

Antes de mais, a Associação Nacional dos Sargentos da Guarda (ANSG) não pode deixar de reprovam qualquer tipo de conduta contrária à lei, situação que merece especial censura se praticada por pessoa com deveres acrescidos por força da função que desempenha na defesa da legalidade e cumprimentos das leis, como é o caso dos agentes de autoridade, assim, considera-se que devem ser levadas a cabo todas as diligências no sentido de apurar a verdade dos factos, no âmbito dos respetivos processos. Contudo, ressalva-se que não devemos fazer condenações prévias e que o carácter reservado das alegadas acusações deve ser tido em conta, pois muitas das questões que tem vindo a público não passam de meros gritos de revolta de quem se vê abandoando pelas “tutelas”.

Como ponto prévio à nossa posição devemos referir que as forças de segurança, em particular a Guarda Nacional Republicana, são instituições dotadas de um Comando próprio, o qual está investido de mecanismos próprios de regulação interna, que lhe permitem manter o rigor, a disciplina e o cumprimento das Leis da Republica, assim como os próprios regulamentos internos, possuindo nesses termos capacidade de punir aqueles que tomam ações contrárias a esses normativos.

No entanto, ao assistir aos episódios da citada reportagem televisiva, ressalta como evidente que os alegados participantes em comentários nas redes sociais, são apenas face ao rácio apresentado, aproximadamente 1% dos elementos da GNR e PSP, cujo somatório dos elementos supera os 42 000 elementos. Nesses termos, não fugindo da questão altamente censurável que se afigura, não deixamos de ficar absolutamente intrigados com tamanho mediatismo assumido pelo canal televisivo, perante um conjunto residual de elementos face ao número global que compõem as forças de segurança, diga-se, gente séria de trabalho que honra a farda que veste e merece respeito, e perante tal mediatismo e monstruosidade absolutamente baseado em generalizações, é tolhida a capacidade de ver a floresta e não apenas as árvores.

Coincidência ou não, vem-se verificado desde o fim de semana passado um cenário sucessivo de injeção de notícias ruidosas em torno das forças de segurança, pelo que se questiona o próprio timing



desta realização, assim como o mediatismo que lhe foi atribuído, num momento de negociação salarial com o Governo, reivindicação que vem sendo esquecida pelo Governo à mais de 10 anos.

O facto é que num ápice o País parou, os alarmes suaram em face de um trabalho jornalístico absolutamente lamentável, pela ideia estereotipada sobre os elementos das forças de segurança, descredibilizando-os e generalizando a imagem negativa sobre a totalidade dos elementos das forças de segurança. Mais grave, ao verificar-se repetidas questões sugestivas dirigidas aos entrevistados, que induziam à resposta que não sentiam segurança em sair á Rua, passando a ideia pública de um cenário de caos e deriva generalizada, como se a segurança não dependesse em primeira instância dos próprios moradores.

Vincar que a ANSG desconhece os autores da investigação citada pelo jornalista Pedro Coelho, tal como ninguém sabe de que forma foi efetuado esse trabalho, inclusive, foi alegado na peça jornalística, a existência de uma base de dados, esperemos que em respeito pela legalidade vigente, pelo que aguardaremos o andamento judicial/disciplinar da situação, até para se perceber se os dados enunciados são verdadeiros, e os comentários são efetivamente de elementos das forças de segurança, e sobretudo se constituem possibilidade de imputação aos ditos seiscentos elementos como é apresentado no trabalho jornalístico.

A ANSG, está ciente das responsabilidades e restrições constitucionais que impendem sobre os elementos das forças de segurança e em particular sobre os militares da GNR, pela sua condição especial, responsabilidades vincadas durante a reportagem pelas diversas entidades entrevistadas, importando se for o caso, punir aqueles que se comportam há margem da legalidade, mas dissecar todos os fatores que levam a atitudes desviantes dentro das forças de segurança.

E neste caso, não será de somenos relevar a sujeição a fatores externos que assumem um controle da vida de qualquer individuo, sejam as dificuldades de resolução de problemas, ou as expectativas negativas, do escrutínio e em particular os elementos das forças de segurança perante stress, desanimo, depressões e frustração da não satisfação e estima da sociedade através da imagem positiva da profissão de policia, e que em muito contribui o desafio dos policias a regular um universo de cidadãos que resiste a ser regulado pelo Estado de Direito.

A baixa autoestima acicatada pela prática reiterada relativamente aos cortes nos vencimentos dos militares da Guarda, a não distinção do que é igual do que é diferente, teimando-se nesta falta de discriminação positiva, até na falta de uniformização de tratamento entre todos os agentes envolvidos, contribui também para o degradar da harmonia desejada, veja-se a inconcebível e lamentável proposta



de aumentos salariais propostos para 2023 pelo MAI, prodiga na discriminação negativa de toda a categoria intermédia, aos quais atribuiu um aumento de cerca de 52€ e, outros auferindo importâncias bens mais elevadas, podem vir a ser aumentados no dobro, LAMENTAVEL.

A Tutela, ou falta Dela, tem remetido ao abandono em particular os militares da GNR, que reivindicam o seu devido reconhecimento e uma estrutura funcional com tronco, pés e cabeça.

Dignificação e Profissionalismo

18 de novembro de 2022

A Direção